

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.629.217 - SP (2019/0356322-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : VANIA MARIA SIBERI**  
**AGRAVANTE : MARCOS FABIO MAZZA**  
**ADVOGADOS : JÚLIO CHRISTIAN LAURE - SP155277**  
**MARCOS ROGÉRIO DOS SANTOS - SP209310**  
**RAFAEL MAESTRELLO SILVESTRINI - SP272188**  
**AGRAVADO : VILA DO IPE EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**ADVOGADO : LUÍS MARCELO LA ROCCA ROSSI - SP164471**  
**AGRAVADO : URBPLAN DESENVOLVIMENTO URBANO S/A - EM**  
**RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : LUÍS PAULO GERMANOS - SP154056**  
**DANIELA SILVA DE SANTANA - SP357918**  
**AGRAVADO : MRD - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**AGRAVADO : CIPASA DESENVOLVIMENTO URBANO S.A**  
**AGRAVADO : MAB EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADO : MARCELO PELEGRINI BARBOSA - SP199877B**  
**AGRAVADO : SP 60 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EM**  
**RECUPERACAO JUDICIAL**  
**AGRAVADO : SP-60 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADOS : LUÍS PAULO GERMANOS - SP154056**  
**BRUNA VALASCO RAMOS - SP340542**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MARCOS FABIO MAZZA e OUTRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.º 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MARCOS FABIO MAZZA e OUTRO, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 03/04/2019, sendo o recurso especial interposto somente em 26/04/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do

# *Superior Tribunal de Justiça*

prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente